



Tribunal de Justiça
do Estado da Bahia

2º Simulado Especial

TJ BA

**Analista Judiciário
Área Administrativa
Administrador**

Pós-Edital

Simulado

Simulado TJ BA - Analista Judiciário - Área Administrativa - Administrador

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ BA Analista Judiciário - Área Administrativa (Administrador);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-BA-17-06>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 20 - A B C D E | 41 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 21 - A B C D E | 42 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 22 - A B C D E | 43 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 23 - A B C D E | 44 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 24 - A B C D E | 45 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 25 - A B C D E | 46 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 26 - A B C D E | 47 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 27 - A B C D E | 48 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 28 - A B C D E | 49 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 29 - A B C D E | 50 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 30 - A B C D E | 51 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 31 - A B C D E | 52 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 32 - A B C D E | 53 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 33 - A B C D E | 54 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 34 - A B C D E | 55 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 35 - A B C D E | 56 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 36 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 37 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 38 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 39 - A B C D E | 60 - A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA*Luiz Felipe***A formação da cidadania**

Em todas as manifestações de caráter social, político e econômico, da mais inconsequente opção (pessoal) às mais sérias decisões do governo, o ser humano é guiado por dois comportamentos básicos: pensar e agir, de acordo com os conhecimentos disponíveis. (...)

A interação contínua entre pensamento e ação permite ao homem tomar decisões, tanto as de natureza particular – como a escolha de um curso ou profissão ou a compra de um par de sapatos –, quanto as que terão consequências coletivas, como a eleição de governantes ou a participação em manifestações públicas. Portanto, de modo geral, as decisões não são arbitrárias. Não importa o grau de consciência política que o indivíduo possui, ou a massa de conhecimentos de que ele dispõe sobre uma questão: há sempre uma dose de reflexão em cada um dos seus atos.

É fácil de constatar que as ideias, as opiniões, as atitudes e as ações não seguem um esquema simples, mecanicista e uniforme, pois as diferentes preocupações que atormentam o homem se embaralham e se cruzam a cada instante e às vezes se chocam. É como se todas as provas automobilísticas do mundo fossem disputadas ao mesmo tempo no mesmo autódromo.

A formação do cidadão consiste em capacitá-lo a pôr ordem nesse processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele. A principal contribuição formativa da educação é a de atuar sobre esse mecanismo mental decisório e ajustá-lo o mais corretamente possível, equilibrando os conhecimentos, as habilidades e as atitudes segundo padrões éticos, morais e outros, válidos para todos ou para a maioria das pessoas.

Não existe um método infalível para que alguém possa chegar, sempre, às melhores decisões sobre todas as coisas, mas pode-se melhorar a capacidade de raciocínio com a prática, o estudo, a crítica, a reflexão. O grande objetivo, que mais parece um ideal inatingível, é conseguir que cada indivíduo se torne autônomo, isto é, que seja capaz de decidir por si mesmo, não se sujeitando a interferências ou pressões externas. É o caminho que levará à formação de cidadãos conscientes. É o caminho que devemos construir.

(Martinez, Paulo. *Direitos de cidadania – um lugar ao sol*. ADAPTADO)

01. A temática central do texto I pode ser compreendida como

- a) a importância coletiva na escolha de seus representantes
- b) o papel da escola na formação cidadã
- c) a necessidade de reflexão sobre atos e escolhas
- d) a formação do cidadão consciente.
- e) o processo individual de manifestação social

02. Segundo as ideias veiculadas no texto I,

- a) O indivíduo deve balizar suas ações a partir de sua consciência individual.
- b) As ações individuais podem ser arbitrárias quando não se pensa antes de manifestar-se.
- c) A autonomia vai de encontro à ideia de formação do cidadão consciente.
- d) a principal função da educação na formação do indivíduo é o ajuste da relação entre pensamento e ação.
- e) As manifestações humanas resultam exclusivamente de dois fatores: o pensar e o agir.

03. Seria preservada a correção gramatical e o sentido original do texto I caso o vocábulo destacado em "processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele" (4º parágrafo) fosse substituído por

- a) embora
- b) mas
- c) portanto
- d) mas também
- e) porquanto

04. O trecho "conhecimentos de que ele dispõe sobre uma questão" (2º parágrafo) pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma:

- a) conhecimentos de que ele tem sobre uma questão
- b) conhecimentos de cujo usufrui sobre uma questão
- c) conhecimentos que ele dispõe sobre uma questão
- d) conhecimentos de que ele utiliza sobre uma questão
- e) conhecimentos que ele possui sobre uma questão

05. Assinale a alternativa que apresenta o vocábulo destacado em "Não importa o grau de consciência política que o indivíduo possui" com o mesmo comportamento morfossintático.

- a) "É fácil de constatar que as ideias..." (3º parágrafo)
- b) "conseguir que cada indivíduo se torne autônomo" (5º parágrafo)
- c) "quanto as que terão consequências coletivas" (2º parágrafo).
- d) É o caminho que devemos construir (5º parágrafo)
- e) "...preocupações que atormentam o homem..." (3º parágrafo)

TEXTO II

Distribuição de renda é alçada a prioridade

O estímulo do crescimento do consumo interno e a redução da crescente desigualdade estão entre as principais metas econômicas da China para os próximos cinco anos, segundo o plano nacional aprovado pelo Partido Comunista.

"A participação da renda pessoal na distribuição da renda nacional deve ser aumentada, e a participação da remuneração do trabalho na distribuição primária também deve ser elevada", diz o comunicado de ontem.

O texto fala ainda em "relações de trabalho harmoniosas" e em criar "mecanismos para expandir o consumo doméstico".

"A grande diferença do décimo segundo Plano Quinquenal é que os planos anteriores se baseavam principalmente em criar um país rico, enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população", afirmou Yang Weiming, vice-secretário-geral do Comitê de Desenvolvimento Nacional e Reforma, à imprensa estatal chinesa.

Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza, a segunda maior economia do mundo ficou bem mais desigual.

Um estudo do Centro de Distribuição de Renda e Pobreza da Universidade Normal de Pequim mostra que os 10% mais ricos ganharam 23 vezes mais do que os 10% mais pobres em 2007. Em 1998, a elite econômica ganhava 7,3 vezes mais do que os mais pobres.

O comunicado prevê ainda que a China "participe ativamente" na governança econômica mundial e na cooperação regional, além de "abrir mais para o mundo e melhorar a sua estrutura de comércio exterior".

O plano quinquenal ainda está em sua fase preliminar, sem números estabelecidos para os objetivos. Até fevereiro, ficará pronta a versão completa.

(Folha de S. Paulo, 19 de outubro de 2010)

06. A ideia que se verifica na estrutura do 5º parágrafo do texto II é de

- a) concessão
- b) reiteração
- c) conclusão
- d) explicação
- e) alternância

07. Em "enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população" (4º parágrafo), o vocábulo destacado desempenha um importante papel para a construção da coesão textual, referindo-se a/a o

- a) grande diferença
- b) planos anteriores
- c) Yang Weiming
- d) décimo segundo plano quinquenal
- e) país rico

08. Do ponto de vista da coerência, a relação existente entre o 5º e o 6º parágrafos pode ser interpretada

- a) como uma ressalva
- b) como uma comprovação
- c) como uma exemplificação
- d) como uma descrição
- e) como uma contraposição

09. Em relação ao trecho "Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza [...]", pode-se afirmar que

- a) apresenta um sentido adversativo em relação à informação que virá.
- b) "da pobreza" desempenha a função de adjunto adverbial de lugar
- c) a junção da preposição "de" com o artigo "o" precisa ser desfeita para a correção gramatical.
- d) "de pessoas" funciona como complemento verbal da forma "ter tirado".
- e) está gramaticalmente correta.

10. As aspas foram utilizadas no texto II

- a) para dar ênfase a trechos relevantes
- b) para sinalizar o emprego de linguagem conotativa
- c) para marcar afirmações não autorais
- d) para indicar neologismos
- e) para demarcar trechos opinativos

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

Uma pesquisa realizada com um grupo de 35 técnicos de um TRT a respeito da atividade A — catalogar os processos — e da atividade B — atendimento ao público — revelou que 29 gostam da atividade A e 28 gostam da atividade B.

Com base nessas informações, resolva as questões **11 e 12.**

11. Qual é a quantidade máxima de técnicos desse grupo que não gosta de nenhuma das duas atividades?

- a) 5
- b) 7
- c) 8
- d) 4
- e) 6

12. Infere-se dos dados que a quantidade mínima de técnicos desse grupo que gostam das duas atividades é igual a:

- a) 20
- b) 21
- c) 22
- d) 23
- e) 24

13. Para executar a tarefa de confecção de 111 vestidos, três costureiras dividiram o total de vestidos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a costureira de 30 anos fez

- a) 2 vestidos a mais do que o de 24 anos.
- b) 4 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- c) 4 vestidos a menos do que o de 24 anos.
- d) 6 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- e) 9 vestidos a menos do que o de 24 anos.

14. Em um órgão do TRT os processos são classificados por dois critérios: tamanhos e cor de capa dos processos. Os processos podem ser de dois tamanhos: pequenos e grandes. Além disso, as capas dos processos podem ser cinzas ou azuis. No órgão, há 155 processos, dos quais 82 possuem capas azuis e 85 são pequenos. Sabendo que 33 dos processos são pequenos e de capas azuis, a porcentagem dos processos grandes que são cinzas é

- a) 20%.
- b) 30%.
- c) 36%.
- d) 24%.
- e) 15%.

15. Em uma vila, um estatístico estudou uma amostra de cinco residências, e registrou os seguintes números de moradores de cada residência:

Número da residência	residência 1	Residência 2	Residência 3	Residência 4	Residência 5
Número de moradores	4	7	3	8	3

A variância amostral do número de moradores é:

- a) 5,7
- b) 5,5
- c) 5,2
- d) 4,8
- e) 4,4

LEGISLAÇÃO

Thiago Zanolla

16. A respeito da divisão judiciária do estado da Bahia, a unidade de divisão judiciária integrada jurisdicional e administrativamente a uma Comarca constituída por mais de um Juízo é denominada

- a) Subseção Judiciária
- b) Vara
- c) Distrito
- d) Comarca não instalada
- e) Região Judiciária

17. Haverá, nas Comarcas Não-Instaladas, órgãos que terão competência para a conciliação de causas cíveis e de família, denominados

- a) Justiça de Paz
- b) Justiça Cidadã
- c) Conselhos Municipais de Conciliação.
- d) Centro Judiciário de Mediação e Conciliação
- e) Corregedoria Municipal de Justiça

18. Corujita, servidora pública, foi acusada pela prática dos crimes de prevaricação e de concussão. Após responder ao processo criminal, acabou por ser absolvida por falta de provas. Diante dessa situação hipotética, em conformidade com a Lei nº 6.677/1994,

- a) tendo em vista o fato de que a servidora já foi processada e absolvida na esfera criminal, a Administração Pública não mais poderá processá-lo e puni-lo pelos mesmos fatos.
- b) ainda que tenha sido absolvida na esfera criminal por falta de provas, a Administração Pública poderá vir a punir a servidora.
- c) a responsabilidade administrativa do servidor será afastada sempre que houver absolvição na esfera criminal.
- d) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada até o limite do valor da do dano a ser reparado.
- e) O processo disciplinar poderá ser revisto em até cinco anos após a aplicação da penalidade, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias não apreciadas, suscetíveis a justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

19. Consoante o Regime Jurídico dos Servidores do Estado, não é forma de provimento

- a) nomeação
- b) reintegração
- c) aproveitamento
- d) recondução
- e) promoção

20. Segundo o Regimento Interno do TJ-BA, o Tribunal funcionará para os julgamentos comuns com a presença de

- a) dois terços de seus membros
- b) três quintos de seus membros
- c) maioria simples
- d) maioria absoluta
- e) N.D.A.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

21. No âmbito do processo legislativo previsto na CF88, a forma federativa de organização do Estado:

- a) poderá ser abolida por lei ordinária.
- b) poderá ser abolida por lei complementar.
- c) poderá ser abolida por lei delegada.
- d) poderá ser abolida por emenda constitucional.
- e) não poderá ser abolida, visto ser uma limitação material ao poder de reforma da Constituição.

22. O direito de reunião é direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Considerando o que o texto constitucional dispõe sobre este direito, é certo que:

- a) A reunião deve ser pacífica, sem armas e não pode frustrar o exercício do direito de reunião anteriormente convocado.
- b) A reunião pode ocorrer com pessoas armadas.
- c) A reunião necessita de autorização do poder público para ocorrer.
- d) É permitido frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, desde que autorizado pelo poder público.
- e) É permitido realizar-se a reunião e, somente depois, avisar aos órgãos públicos de controle sobre a sua realização, desde que seja expedido relatório circunstanciado sobre como ela ocorreu.

23. Considerando as normas constitucionais acerca da nacionalidade, assinale a alternativa que corresponde ao cargo que pode ser assumido por brasileiro naturalizado:

- a) Presidente da Câmara dos Deputados.
- b) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- c) Oficial da Aeronáutica.
- d) Ministro de Estado da Justiça.
- e) Vice-Presidente da República.

24. De acordo com a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- a) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- b) direito administrativo, custos fixos e variáveis, contabilidade de custos e gerencial.
- c) procedimentos, atos e fatos administrativos.
- d) registro de pessoas físicas em Juntas Comerciais.
- e) organização, garantias, direitos e deveres dos policiais militares.

25. De acordo com a Constituição Federal, NÃO está legitimado a provocar o controle concentrado de constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal.

- a) o Procurador-Geral da República.
- b) o Governador do Distrito Federal.
- c) o Conselho Federal da OAB.
- d) a entidade de classe de âmbito nacional.
- e) a Federação Sindical.

26. Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- a) A vitaliciedade nos Tribunais, será adquirida após dois anos de efetivo exercício de atividade como magistrado.
- b) Os ministros do STF podem perder o cargo em condenação por crime de responsabilidade no Senado Federal.
- c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar os Ministros de Estado nos crimes comuns e de responsabilidade.
- d) O Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário, pois exerce controle externo sobre ele.
- e) O magistrado pode ser removido por interesse público, mediante decisão da maioria simples do Conselho Nacional de Justiça

27. De acordo com a Constituição Federal, o mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado ou contra o Comandante da Marinha, do Exército e da Aeronáutica é uma competência:

- a) originária do Supremo Tribunal Federal.
- b) recursal do Superior Tribunal de Justiça.
- c) originária do Tribunal Regional Federal respectivo.
- d) originária do Superior Tribunal de Justiça.
- e) originária do Tribunal de Justiça respectivo.

28. Processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar, é uma competência.

- a) do Juiz de Direito do aeroporto de destino.
- b) do Juiz de Direito do porto de partida.
- c) do Superior Tribunal de Justiça.
- d) dos Tribunais de Justiça de origem ou de destino.
- e) do Juiz Federal.

29. O art. 5º, XIII da CF88 institui que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.” De acordo com a classificação das normas constitucionais quanto à eficácia, trata-se:

- a) de uma norma constitucional de eficácia plena.
- b) de uma norma constitucional de eficácia limitada.
- c) de uma norma constitucional de eficácia variada.
- d) de uma norma constitucional de eficácia contida.
- e) de uma norma constitucional de eficácia absoluta.

30. De acordo com o disposto na CF88, NÃO constitui ramo do Ministério Público da União.

- a) o Ministério Público do Distrito Federal.
- b) o Ministério Público do Trabalho.
- c) o Ministério Público Federal.
- d) o Ministério Público Militar.
- e) o Ministério Público Eleitoral.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

31. O ordenamento jurídico brasileiro estabelece prazo decadencial para que o poder público invalide atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários, ao mesmo tempo em que protege o direito adquirido e proíbe a aplicação retroativa de novas interpretações.

Os preceitos acima mencionados decorrem diretamente do princípio implícito da:

- a) supremacia do interesse público.
- b) motivação.
- c) autotutela.
- d) segurança jurídica.
- e) coerência administrativa.

32. Em relação às disposições atinentes à organização administrativa, julgue os itens a seguir:

I. O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público ou privado, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal.

II. A supervisão ministerial, modalidade de controle finalístico que ocorre nos termos fixados expressamente em lei, pode ser observada quando se realiza a fixação das despesas de pessoal e de administração da entidade vinculada.

III. A participação de entidade descentralizada em empresa privada depende, em cada caso, de autorização do Poder Legislativo.

Sobre essas assertivas, pode-se afirmar que

- a) I, II e III são verdadeiras.
- b) I e III são verdadeiras.
- c) I e II são verdadeiras.
- d) II e III são verdadeiras.
- e) Apenas a III é verdadeira.

33. A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) é cabível o controle judicial dos atos administrativos discricionários praticados pelo Executivo.
- b) a Administração pode invalidar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- c) a revogação consiste em manifestação de vontade da Administração que resulta no desfazimento de ato anterior, quando há uma confluência de conveniência, oportunidade e ilegalidade do ato.
- d) a finalidade do ato administrativo é atribuída, em cada caso, pela autoridade administrativa que o pratica.
- e) salvo vedação legal, o agente público poderá delegar parte do exercício de sua competência quando for conveniente em razão de circunstâncias de natureza técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, razão pela qual o órgão colegiado pode delegar suas atribuições.

34. Na delegação de um serviço público essencial à iniciativa privada, por meio de contrato administrativo de concessão, caso fique comprovado que a concessionária esteja prestando o serviço de forma inadequada ou deficiente, o poder concedente:

- a) tem o dever legal de decretar a caducidade da concessão, mediante autorização legislativa específica e posterior indenização.
- b) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto, sendo a respectiva indenização calculada no decurso do processo
- c) poderá promover a rescisão da concessão, aguardando-se o trânsito em julgado da decisão judicial que a reconhecer.
- d) tem o dever de sancionar o concessionário, mediante intervenção na concessão.
- e) poderá promover a encampação da concessão, mediante autorização legislativa específica e prévia indenização.

35. Analise os itens a seguir sobre o processo administrativo no Estado da Bahia (Lei estadual 12.209/2011) e assinale a alternativa correta.

- a) Da revisão do processo administrativo poderá resultar agravamento da sanção.
- b) A desistência ou renúncia do interessado prejudica o prosseguimento do processo administrativo.
- c) Encerrada a instrução processual, o agente público responsável remeterá, no prazo de 10 dias, os autos conclusos à autoridade competente para expedir o ato decisório.
- d) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges.
- e) O comparecimento do administrado não supre as irregularidades de intimação nula.

36. No que se refere à responsabilidade civil do Estado, é correto asseverar que:

- a) a ocorrência de culpa exclusiva da vítima atenua a responsabilidade civil do Estado.
- b) a responsabilidade objetiva alcança exclusivamente pessoas jurídicas de direito público interno.
- c) é adotada no Brasil a teoria do risco administrativo, a qual não admite hipóteses de exclusão da responsabilidade objetiva estatal.
- d) em regra, na teoria da culpa administrativa, na hipótese de a vítima comprovar a ocorrência de falha do serviço e a lesão sofrida, haverá responsabilização estatal.
- e) no caso de omissão específica, em que o Estado descumpra dever específico de agir, a responsabilidade civil do Estado depende necessariamente da comprovação da culpa do agente ou da administração.

37. A respeito do controle judicial da administração pública no âmbito estadual, assinale a alternativa correta:

- a) poderá versar sobre aspectos de legalidade e/ou de mérito.
- b) poderá implicar o desfazimento de atos discricionários.
- c) é cabível sua realização de ofício, como regra geral.
- d) é exercido sob auxílio do Tribunal de Contas do Estado, sempre que envolver a discussão sobre execução orçamentária.
- e) é realizado primordialmente em caráter prévio.

38. No que se refere ao impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública previsto na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública de todos os entes federativos brasileiros.
- b) impedirá o responsável de licitar ou ser contratado pelo prazo máximo de 2 anos.
- c) admite reabilitação após o transcurso do prazo mínimo de 6 meses.
- d) impedirá o responsável de licitar ou ser contratado no âmbito da Administração Pública do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos.
- e) não poderá ser cumulada com outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

39. Quanto ao contrato administrativo verbal, de acordo com a nova lei de licitação e contratos (Lei 14.133/2021) é correto afirmar que:

- a) é admitido em qualquer situação.
- b) somente será admitido para os municípios, nunca para o âmbito estadual.
- c) não é admitido, em qualquer situação, por força do princípio do formalismo contratual.
- d) é admitido enquanto a Lei 8.666/1993 estiver vigente.
- e) será admitido, excepcionalmente, nas pequenas compras ou serviços de pronto pagamento, limitadas a até R\$ 11.441,66.

40. Assinale a alternativa que menciona ato de improbidade que viola princípio da Administração Pública:

- a) praticar ato visando fim proibido em lei.
- b) frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, com vistas à obtenção de benefício indireto de terceiros.
- c) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, não dispondo das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
- d) revelar a terceiro, após a respectiva divulgação oficial, teor de medida política capaz de afetar o preço de mercadoria.
- e) nomear parente de 4º grau, por afinidade, para o exercício de cargo em comissão na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Elisabete Moreira

41. No curso de evolução das teorias da administração, as abordagens prescritivas e descritivas caracterizam os cenários nos quais foram desenvolvidas. O conceito de administração contingencial se diferencia em relação às organizações clássicas, entre outros aspectos:

- a) na organicidade, segundo a qual deve ser evitada a unidade de direção a fim de promover a integração entre as áreas.
- b) na separação entre gestão e administração, evitando o denominado conflito de agência.
- c) na criação de centro de custos com autonomia financeira, enquanto no modelo clássico os resultados são apurados de forma unificada.
- d) no conceito do princípio da cadeia escalar e unidade de comando; cargos organizados segundo princípio hierárquico.
- e) no ambiente em que se insere a organização, diversamente do modelo clássico cujo foco é a estrutura organizacional.

42. A cadeia de valor de uma empresa é formada de atividades primárias e de apoio que executadas permitem o alcance dos resultados desejados. Por outro lado, ligações e elos mais sutis ocorrem entre as atividades primárias, que possibilitam:

- a) terceirizar o departamento financeiro com vista a reduzir os custos com a folha de pagamento.
- b) promover alteração nos projetos, visando reduzir o preço dos produtos fabricados, e atender as necessidades dos clientes.
- c) contratar mais trabalhadores com vista a processar maior número de informações e reduzir o número de atendimentos para consertos de peças no pós-venda.
- d) recrutar e selecionar melhor os candidatos que vão trabalhar na área de logística visando reduzir os custos e os erros com o transporte dos produtos.
- e) Melhorar a inspeção de peças que chegam do fornecedor visando reduzir os custos da garantia de qualidade no processo de produção.

43. No âmbito do planejamento estratégico, determinada organização pretende utilizar a matriz SWOT para realizar seu diagnóstico estratégico. Deve constar nessa matriz:

- a) a identificação das metas e dos indicadores de desempenho, não só do ponto de vista da organização como dos colaboradores.
- b) a relação dos processos e projetos da organização, cronograma, orçamentos e padrões de qualidade a serem adotados.
- c) a identificação das competências técnicas e comportamentais necessárias ao desempenho das atividades da organização.
- d) a definição das prioridades da organização, elencando as iniciativas de curto, médio e longo prazos.
- e) a identificação do cenário interno da organização, com suas forças, fraquezas, e o externo, com as oportunidades e ameaças.

44. O processo decisório contempla diferentes abordagens com vistas a encontrar a solução à situação problema. A literatura traz alguns conceitos, como:

- a) Decisões programadas e não programadas não possuem hierarquia, mas sim aplicabilidade a situações diversas, sendo as programadas as adotadas com base no acervo de soluções disponíveis na organização e aplicáveis a situações não extraordinárias.
- b) Decisões consensuais são baseadas num processo de coleta de opiniões e que reflitam a posição da maioria.
- c) Decisões consultivas são baseadas num processo de discussão, podendo, ao final, refletir a posição da maioria.
- d) Decisões democráticas envolvem um processo de discussão, no qual não prevalece a posição da maioria, mas a diretriz técnica e participativa acerca do tema.
- e) Decisões consensuais tendem a passar por amplo debate e coleta de posição dos envolvidos, embora não reflitam a posição da maioria.

45. As estruturas organizacionais dependem da estratégia utilizada pelas organizações. Uma estrutura matricial caracteriza-se por possuir:

- a) órgãos dotados de autonomia executiva, sem, no entanto, autonomia para apuração de lucros.
- b) órgãos de existência temporária, vinculados a projetos, e órgãos de apoio funcional, vinculados a especializações, de natureza permanente.
- c) órgãos de natureza permanente, vinculados a projetos, e órgãos de natureza funcional, vinculados a especializações, de natureza temporária.
- d) órgãos divisionais, que operam como centro de resultados, sujeitos, no entanto, a uma administração centralizada.
- e) órgãos funcionais por produtos, com autonomia para o alcance de resultados.

46. O processo organizacional contempla funções que todo administrador deve realizar para o alcance dos resultados organizacionais. No âmbito da coordenação, a comunicação entre os responsáveis pelas atividades, sem demandar relação de subordinação, pode ser realizada pelo:

- a) Planejamento
- b) Controle
- c) Ajuste espontâneo
- d) Avaliação, inspeção ou reunião de observação.
- e) Direção

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

47. Qual dos seguintes NÃO é um componente do processo de comunicação?

- a) Mensagem
- b) Meio
- c) Ruído
- d) Custo
- e) Receptor

48. Qual das seguintes opções NÃO é uma etapa do processo de controle na administração?

- a) Estabelecer padrões de desempenho
- b) Medir o desempenho real
- c) Comparar o desempenho real com os padrões
- d) Tomar ação corretiva, se necessário
- e) Desenvolver um novo produto

49. De acordo com o PMBOK (Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos), o gerenciamento de riscos do projeto inclui todos os seguintes processos, EXCETO:

- a) Identificação de riscos
- b) Análise qualitativa de riscos
- c) Análise quantitativa de riscos
- d) Planejamento de respostas a riscos
- e) Gerenciamento de tempo

50. O método de avaliação de desempenho conhecido como "avaliação 360 graus" envolve:

- a) O gestor avaliando o desempenho do funcionário com base em uma lista de critérios pré-determinados.
- b) Avaliação do desempenho do funcionário por vários indivíduos, incluindo supervisores, colegas, subordinados e às vezes clientes.
- c) O funcionário avaliando seu próprio desempenho.
- d) Uma combinação de autoavaliação e avaliação por um supervisor.
- e) Avaliação do desempenho do funcionário exclusivamente por subordinados.

51. A tomada de decisão sob condições de incerteza refere-se a:

- a) Tomada de decisão quando todas as opções são conhecidas e os resultados de cada opção são claros.
- b) Tomada de decisão quando as opções são desconhecidas e os resultados de cada opção são incertos.
- c) Tomada de decisão quando as opções são conhecidas, mas os resultados de cada opção são incertos.
- d) Tomada de decisão quando os gestores confiam inteiramente em suas intuições.
- e) Tomada de decisão quando a organização tem todas as informações necessárias para tomar uma decisão informada.

52. No contexto do gerenciamento da qualidade total (TQM), o ciclo PDCA, que significa Plan-Do-Check-Act (Planejar-Fazer-Verificar-Agir), é frequentemente usado. Como esse ciclo contribui para a gestão da qualidade?

- a) Ele fornece um modelo para gerenciar mudanças e melhorias contínuas na organização.
- b) Ele fornece um sistema de recompensas e incentivos para motivar os funcionários a atingir padrões de qualidade mais elevados.
- c) Ele se concentra na conformidade com as normas e regulamentos de qualidade externos.
- d) Ele estabelece uma estrutura para a auditoria interna de qualidade.
- e) Ele fornece um sistema para gerenciar reclamações e feedback dos clientes.

53. Gestão de resultados na produção de serviços públicos: Uma abordagem de gerenciamento de desempenho na administração pública que se concentra na obtenção de resultados em vez de apenas seguir processos é conhecida como:

- a) Administração de recursos humanos.
- b) Gerenciamento estratégico.
- c) Gerenciamento de mudanças.
- d) Gerenciamento de riscos.
- e) Gerenciamento por resultados.

54. Qual das seguintes opções melhor descreve a fase de implementação no ciclo de políticas públicas?

- a) É a fase em que as opções de políticas são identificadas e avaliadas.
- b) É a fase em que a necessidade de uma nova política é identificada.
- c) É a fase em que a política é formulada e uma estratégia de ação é desenvolvida.
- d) É a fase em que a política é posta em prática e as ações necessárias são tomadas.
- e) É a fase em que a política é avaliada para determinar sua eficácia.

55. Paradigmas da Administração Pública e reformas administrativas: A transição do modelo de administração pública burocrática para o modelo de gerencialismo da Nova Gestão Pública (NGP) foi motivada principalmente por qual dos seguintes fatores?

- a) A necessidade de maior transparência e responsabilidade.
- b) A necessidade de descentralização e autonomia local.
- c) A necessidade de eficiência e eficácia.
- d) A necessidade de maior participação dos cidadãos.
- e) A necessidade de maior regulação e controle.

56. Gestão de Projetos: Qual das seguintes opções melhor descreve a finalidade de um "gráfico de Gantt" na gestão de projetos?

- a) Determinar a viabilidade financeira do projeto.
- b) Identificar os riscos associados ao projeto.
- c) Medir o desempenho dos membros da equipe do projeto.
- d) Rastrear o progresso do projeto em relação ao tempo planejado.
- e) Avaliar o impacto do projeto na organização.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Leandro Ravyelle

57. O PCASP incluiu a fase da execução da despesa – “em liquidação”, que busca o registro contábil no patrimônio de acordo com a ocorrência do fato gerador, não do empenho. Acerca dessa temática, julgue a alternativa correta.

- a) Essa regra possibilita a separação entre os empenhos não liquidados que possuem fato gerador dos que não possuem, embora ainda tenha como falha a dupla contagem para fins de apuração do passivo financeiro.
- b) O ativo financeiro é calculado a partir das contas crédito empenhado a liquidar e contas do passivo que representem obrigações independentes de autorização orçamentária para serem realizadas.
- c) Ao se iniciar o processo de execução da despesa orçamentária, caso se tenha ciência da ocorrência do fato gerador, a conta crédito empenhado a liquidar deve ser debitada em contrapartida da conta crédito empenhado em liquidação no montante correspondente à obrigação já existente no passivo.
- d) O lançamento consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- e) A arrecadação consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.

58. São consideradas outras receitas de capital, exceto:

- a) Transferências de Instituições Privadas
- b) Resultado do Banco Central
- c) Remuneração Disponibilidades do Tesouro
- d) Dívida Ativa da Amortização de Empréstimos e Financiamentos
- e) Integralização Do Capital Social

59. Em relação à classificação da receita quanto ao indicador de resultado primário, assinale a alternativa incorreta.

- a) Esta classificação orçamentária da receita não tem caráter obrigatório para todos os entes e foi instituída para a União com o objetivo de identificar quais são as receitas e as despesas que compõem o resultado primário do Governo Federal, que é representado pela diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias.
- b) As receitas primárias referem-se predominantemente a receitas correntes (exceto receitas de juros) e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.
- c) Já as receitas financeiras são aquelas que não contribuem para o resultado primário no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo, alterando concomitantemente o ativo e o passivo financeiros.
- d) As receitas financeiras referem-se predominantemente a receitas correntes.
- e) As receitas não-primárias são adquiridas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União (juros recebidos, por exemplo), das privatizações, amortização de empréstimos concedidos e outras.

60. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. Em relação à supracitada lei, assinale a alternativa incorreta.

- a) Para efeitos da LRF, os Tribunais de Contas estão abrangidos no Poder Legislativo
- b) a Estados entende-se considerado o Distrito Federal
- c) Quando a LRF falar em Tribunais de Contas, ela quer dizer todos os Tribunais de Contas: TCU, TCE, TCM e TC dos Municípios.
- d) as Empresas Estatais Independentes (EEI) estão também sujeitas à LRF
- e) Um Tribunal de Contas do Município (TCM) fiscaliza somente as contas de um município. Atualmente, só existem 2 (dois) TCM's no Brasil: TCM-SP (São Paulo) e TCM-RJ (Rio de Janeiro).

DISCURSIVA

No século XXI, a tecnologia tem desempenhado um papel fundamental em nossas vidas, transformando a maneira como nos comunicamos e nos relacionamos. A influência da tecnologia na sociabilidade e nas relações interpessoais tem sido amplamente debatida, despertando questionamentos sobre os efeitos dessa transformação em nossa sociedade contemporânea.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema:

O IMPACTO DA TECNOLOGIA NA FORMA COMO NOS RELACIONAMOS

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
